

**A. I. N°** - 232941.0302/04-8  
**AUTUADO** - PADARIA E MERCEARIA YARA LTDA.  
**AUTUANTE** - KLEITON GUSMÃO SCOFIELD  
**ORIGEM** - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS  
**INTERNET** - 12.07.04

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0231-03/04

**EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUE. OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM DOCUMENTOS FISCAIS.** A diferença das quantidades de saídas de mercadorias apurada mediante levantamento quantitativo de estoques constitui comprovação suficiente da realização de operações sem emissão da documentação fiscal exigível. Infração subsistente. **2. ENTRADA DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO.** A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas, e também não contabilizadas. As cópias das notas fiscais coletadas no CFAMT servem de prova do cometimento da infração. Fato parcialmente comprovado. Retificado o cálculo da base de cálculo de ambas infrações. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 30/03/2004, exige ICMS no valor de R\$3.597,51, em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Falta de recolhimento do imposto relativo às operações de saídas de mercadorias tributadas efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado. ICMS de R\$958,68 e multa de 70%
2. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas. Valor de R\$2.638,83 e multa de 70%.

O autuado ingressa com defesa, fl. 132, e reconhece o valor de R\$2.369,41 como devido, proveniente da falta de recolhimento do imposto relativo às operações de saídas de mercadorias tributadas em 1999, no valor de R\$958,68.

Também pela falta de registro das notas fiscais relativas a 1999, gerando um ICMS a recolher de R\$908,43 e em 2000 no valor de R\$503,20.

Com relação ao ICMS no valor de R\$773,31 relativo a 1999 e de R\$454,79, no exercício de 2000, aduz que as notas fiscais referentes a estes valores foram registradas nos livros de Entrada n° 02 e 03, conforme xerox dos livros e das notas fiscais que se encontram anexos.

Pede a procedência em parte do Auto de Infração.

O autuante presta a informação fiscal de fl. 202 e, entende que “apesar de não constar nas datas corretas a escrituração das notas fiscais nos livros fiscais devidos, não houve dolo ao erário, já que tais notas não comprometeram o caixa nos meses devidos se fossem lançadas corretamente.”

Acata os argumentos da defesa e reconsidera os valores do Auto de Infração para R\$2.369,41, conforme reconhecido pelo autuado.

## **VOTO**

Trata-se de Auto de Infração no qual foi detectado duas infrações.

Verifica-se que, na primeira, através de levantamento quantitativo de estoques de mercadorias, o autuante exige o ICMS de R\$958,68, que foi corretamente calculado. Verifica-se, no Demonstrativo de Estoque (fechado), de fl. 8, que a base de cálculo, relativa às omissões de saídas, é de R\$5.639,28, que aplicando-se a alíquota de 17% perfaz o total de R\$958,68.

Entretanto, ao transcrever para o demonstrativo de débito, o autuante equivocou-se indicando a alíquota de 10%, o que, conseqüentemente, refletiu na base de cálculo, ficando incorretamente calculado. Contudo, ressalto que este erro é passível de correção, o que será feito, no final do voto, em novo demonstrativo de débito.

O contribuinte reconheceu o cometimento desta infração, sendo portanto cabível a cobrança do ICMS no valor de R\$958,68.

Quanto à infração 2, esta foi proveniente da omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não registradas.

A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas, e também não contabilizadas. As cópias das notas fiscais coletadas no CFAMT servem de prova do cometimento da infração, e encontram-se às fls. 33/128 do PAF.

O autuado reconheceu a infração no valor de R\$908,43, em 1999 e em 2000 no valor de R\$503,20, sob a alegação de que várias notas fiscais haviam sido registradas em seus livros fiscais, no que, após analisá-las concordou o autuante, na informação fiscal.

Verifica-se que o autuante incorreu em equívoco, quando aplicou sobre o ICMS corretamente calculado, uma alíquota de 10%, distorcendo os valores da base de cálculo.

Deste modo, cabe a retificação da alíquota e da base de cálculo, que incidirão sobre o valor do ICMS reconhecido, de R\$908,43 no exercício de 1999 e de R\$503,30, no exercício de 2000.

Assim, a base de cálculo para o exercício de 1999, é no total de R\$9.084,30, que aplicada à alíquota de 17%, perfaz o total de ICMS de R\$1.544,33, relativo às notas fiscais que não foram escrituradas pelo contribuinte.

Mesmo procedimento é adotado para o exercício de 2000. Como o autuado reconheceu o valor do ICMS em R\$502,30, à errônea alíquota de 10%, cabe o ajuste da base de cálculo e da alíquota.

Assim, a base de cálculo de R\$5.023,00, com a alíquota de 17%, perfaz o ICMS de R\$853,91, relativo às notas fiscais que não foram escrituradas pelo autuado, no exercício de 2000.

O demonstrativo de débito assume a seguinte configuração:

Data Ocorr	Data venc	Base de cálculo	Alíquota	Multa	Valor em Real
31/12/1999	09/01/2000	5.639,28	17	70%	958,68
31/12/1999	09/01/2000	9.084,30	17	70%	1.544,33
31/12/2000	09/01/2001	5.023,00	17	70%	853,91
<b>TOTAL</b>					<b>3.356,92</b>

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **232941.0302/04-8**, lavrado contra **PADARIA E MERCEARIA YARA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.356,92**, sendo R\$2.503,01, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos moratórios, e R\$853,91, prevista no inciso III, da citada Lei e artigo e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de junho de 2004.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR